

# Sumário

	<b>Capítulo 1</b>	Página
	<b>Aspectos gerais</b>	
1.1	Sociedades por ações	1
1.2	Sociedades por cotas de responsabilidade limitada	1
1.3	Sociedades de grande porte	2
1.4	Constituição da sociedade anônima	2
1.5	Exercício social	4
1.6	Administração da sociedade	5
	Questões comentadas	6
	<b>Capítulo 2</b>	
	<b>Demonstrações contábeis</b>	
2.1	Demonstrações contábeis obrigatórias	9
2.2	Balanço patrimonial	10
2.3	Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados	10
2.4	Demonstração do resultado do exercício	10
2.5	Demonstração das origens e aplicações de recursos	10
2.6	Demonstração dos fluxos de caixa	11
2.7	Demonstração do valor adicionado	11
2.8	Demonstrações comparativas	11
2.9	Agrupamento de contas semelhantes	12
2.10	Agrupamento de pequenos saldos	12
2.11	Proposta de destinação dos lucros	12
2.12	Demonstrações contábeis complementares	12
2.13	Notas explicativas	13
2.13.1	Principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais	14
2.13.2	Investimentos relevantes	15
2.13.3	Ajustes de avaliação patrimonial	18
2.13.4	Ônus reais, garantias e outras responsabilidades	19
2.13.5	Empréstimos de longo prazo	19
2.13.6	Número, espécies e classes das ações do capital	19
2.13.7	Opções de compra de ações	20
2.13.8	Ajustes de exercícios anteriores	20
2.13.9	Eventos subsequentes ao encerramento do exercício	20
2.14	Escrituração	20
2.15	Descentralização da contabilidade	21
2.16	Livros comerciais	21
2.16.1	Livros especiais	21
2.16.2	Livro Diário	22
2.16.3	Livro Razão	23
2.17	Livros fiscais	23
2.18	Modificação de métodos ou critérios contábeis	25
2.19	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	25
2.20	Auditoria independente das demonstrações contábeis	26
2.21	Auditoria independente <i>versus</i> auditoria interna	27
2.22	Responsáveis pelas demonstrações contábeis	28
2.23	Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	28

2.24	Princípios Fundamentais de Contabilidade	28
	Deliberação CVM nº 539/08	29
	Questões comentadas	54
	<b>Capítulo 3</b>	
	<b>Balanco patrimonial</b>	
3.1	Conceito	59
3.2	Critério de disposição das contas no ativo	60
3.3	Critério de disposição das contas no passivo	60
3.4	Compensação de saldos devedores e credores	61
	Questões comentadas	62
	<b>Capítulo 4</b>	
	<b>Ativo circulante e realizável a longo prazo</b>	
4.1	Composição do ativo	65
4.2	Composição do ativo circulante	65
4.2.1	Disponibilidades	65
4.2.2	Direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente	66
4.2.3	Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte	68
4.2.3.1	Operações com seguros	69
4.2.3.2	Registro de operações com seguros antecipados	69
4.2.3.3	Registro de operações com juros antecipados	71
4.3	Composição do ativo realizável a longo prazo	73
4.3.1	Direitos realizáveis de longo prazo	73
4.3.2	Operações não usuais com pessoas ligadas	74
4.3.3	Despesas antecipadas de longo prazo	75
4.4	Classificação de acordo com o ciclo operacional	76
4.5	Cálculo do prazo de duração do ciclo operacional	76
4.6	Balanco intermediário	77
4.7	Avaliação do ativo circulante e realizável a longo prazo	78
4.7.1	Provisão para devedores duvidosos	81
4.7.2	Imóveis destinados à venda	82
4.7.3	Disponibilidades	82
4.7.4	Investimentos temporários em ações	83
4.7.5	Avaliação dos estoques de mercadorias e produtos	84
4.7.6	Almoxarifado	85
4.7.7	ICMS nas compras de mercadorias	88
4.7.8	ICMS e frete nas compras	90
4.7.9	Produtos em elaboração e acabados	91
4.7.10	Avaliação dos estoques de produtos agrícolas e extrativos	93
4.7.11	Ajuste de ativo de longo prazo a valor presente	94
	Questões comentadas	95
	<b>Capítulo 5</b>	
	<b>Ativo não circulante</b>	
5.1	Composição do ativo não circulante	113
5.2	Investimentos permanentes	113
5.2.1	Participações permanentes	113
5.2.1.1	Crterios de avaliação das participações permanentes	114
5.2.2	Demais investimentos permanentes	115
5.2.2.1	Crterios de avaliação dos demais investimentos permanentes	116
5.3	Imobilizado	117
5.3.1	Crterio para registro dos bens de uso no imobilizado	118
5.3.2	Imobilizações em andamento	118
5.3.3	Benfeitorias em propriedades de terceiros	119

5.3.4	Custo de aquisição ou produção do imobilizado	119
5.3.5	Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> )	120
5.3.5.1	Bens sujeitos ao <i>leasing</i>	121
5.3.5.2	O arrendatário no <i>leasing</i>	121
5.3.5.3	O arrendador no <i>leasing</i>	121
5.3.5.4	Prazos do <i>leasing</i>	122
5.3.5.5	Aspectos tributários do <i>leasing</i>	122
5.3.5.6	Aspectos contábeis do <i>leasing</i>	122
5.3.6	Bens do imobilizado <i>versus</i> materiais de uso ou consumo	125
5.3.7	Gastos com reparo, conservação ou substituição	126
5.3.8	CrITÉrios de avaliação do ativo imobilizado	127
5.3.8.1	Depreciação de edificações	129
5.3.8.2	Bens utilizados na exploração de recursos minerais e florestais	129
5.3.8.3	Determinação do tempo de vida útil	130
5.3.8.4	Depreciação de bens usados	130
5.3.8.5	Depreciação acelerada contábil	130
5.3.8.6	Depreciação acelerada incentivada	131
5.3.8.7	Intangível	131
5.3.8.7.1	Ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> )	132
5.3.8.7.2	Amortização de direitos de exploração de florestas	133
5.3.8.8	Diferido	133
5.3.8.9	Exaustão	134
5.3.8.10	Análise da recuperação do imobilizado e intangível	134
5.3.8.10.1	Definições	135
5.3.8.10.2	Ativo desvalorizado	137
5.3.8.10.3	Ativos intangíveis	137
	Questões comentadas	139
	<b>Capítulo 6</b>	
	<b>Método da equivalência patrimonial</b>	
6.1	Aspectos legais	165
6.2	Relevância	165
6.3	Raciocínio usado no método da equivalência patrimonial	166
6.4	Aplicação da equivalência patrimonial	168
6.5	Resultados não realizados	169
6.6	Contrapartida no ajuste do valor do investimento	170
6.6.1	Variação na percentagem de participação	172
6.6.2	Ajustes de exercícios anteriores	173
6.6.3	Variação do valor do investimento por reavaliação	175
6.7	Perda de continuidade da coligada ou controlada	175
6.8	Expectativa de venda do investimento	175
6.9	Desdobramento do custo de aquisição dos investimentos	176
6.9.1	Ágio na aquisição de participação permanente	176
6.9.2	Deságio na aquisição de participação permanente	176
6.9.3	Fundamento econômico do ágio e deságio	177
6.9.3.1	Ágio e deságio com base no valor de mercado do ativo	177
6.9.3.2	Ágio e deságio com base em rentabilidade futura	178
6.9.3.3	Ágio e deságio por fundo de comércio, intangíveis e outras razões	178
6.9.4	Amortização do ágio e deságio	178
6.9.5	Ágio nos ajustes de avaliação patrimonial da coligada ou controlada	179
6.9.6	Ágio e deságio na incorporação, fusão ou cisão	180
	Instrução CVM nº 247/96 (artigos 1º a 20)	182
	Questões comentadas	188

	<b>Capítulo 7</b>	
	<b>Método do custo de aquisição – investimentos</b>	
7.1	Aspectos gerais	219
7.2	Dividendos recebidos até 6 meses	219
7.3	Dividendos recebidos após 6 meses	219
7.4	Realização de capital	220
7.5	Provisão para perdas permanentes	220
7.6	Ações e cotas bonificadas	220
7.7	Ajustes de avaliação patrimonial na investida	221
	Questões comentadas	221
	<b>Capítulo 8</b>	
	<b>Passivo exigível</b>	
8.1	Aspectos legais	225
8.2	Classificação de acordo com o ciclo operacional	225
8.3	Classificação de acordo com o exercício social	226
8.4	Despesas financeiras e variações monetárias passivas	227
8.5	Encargos financeiros (juros) a transcorrer	228
8.6	Dívidas de operações não usuais com pessoas ligadas	229
8.7	Crítérios de avaliação do passivo exigível	230
8.7.1	Obrigações, encargos e riscos	230
8.7.2	Provisões para contingências	231
8.7.3	Obrigações em moeda estrangeira	233
8.7.4	Obrigações em moeda nacional	234
8.7.5	Deságio na emissão de debêntures	235
8.7.6	Resultados de exercícios futuros e receitas diferidas	235
8.7.7	Prêmio recebido na emissão de debêntures	236
8.7.8	Doações e subvenções	238
8.7.8.1	Subvenções para investimentos mediante incentivos fiscais	239
8.7.9	Ajuste de passivo não circulante a valor presente	240
	Questões comentadas	242
	<b>Capítulo 9</b>	
	<b>Patrimônio líquido</b>	
9.1	Composição do patrimônio líquido	253
9.1.1	Capital social	253
9.1.1.1	Capital autorizado	254
9.1.1.2	Capitalização de lucros e reservas	255
9.1.1.3	Gastos com emissão de títulos patrimoniais	255
9.1.1.4	Despesas com pagamentos baseados em ações	256
9.1.2	Reservas de capital	256
9.1.2.1	Ágio na emissão de ações	258
9.1.2.2	Produto da alienação de partes beneficiárias	259
9.1.2.3	Produto da alienação de bônus de subscrição	260
9.1.2.4	Prêmio recebido na emissão de debêntures	261
9.1.2.5	Doações e subvenções	261
9.1.2.6	Correção monetária do capital realizado	261
9.1.2.7	Utilização das reservas de capital	261
9.1.3	Ajustes de avaliação patrimonial	264
9.1.4	Reserva de reavaliação	265
9.1.5	Reservas de lucros	265
9.1.5.1	Reserva legal	266
9.1.5.1.1	Limites obrigatórios da reserva legal	267
9.1.5.1.2	Correção monetária no cálculo da reserva legal	267

9.1.5.1.3	Limite facultativo da reserva legal	268
9.1.5.2	Reservas estatutárias	270
9.1.5.3	Reservas para contingências	271
9.1.5.4	Reserva de incentivos fiscais	272
9.1.5.5	Reserva de retenção de lucros	273
9.1.5.6	Reserva de lucros a realizar	273
9.1.5.7	Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos	275
9.1.5.8	Limite das reservas de lucros em relação ao capital social	276
9.1.5.9	Ações em tesouraria	276
9.1.5.10	Dividendos ou lucros antecipados	277
9.1.5.11	Lucros ou prejuízos acumulados	278
9.1.5.12	Destinação do lucro remanescente	278
	Questões comentadas	278
	<b>Capítulo 10</b>	
	<b>Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados</b>	
10.1	Conceito e aspectos legais	301
10.2	Estrutura da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados	301
10.2.1	Saldo do início do período	302
10.2.2	Ajustes de exercícios anteriores	302
10.2.2.1	Mudança de critério contábil	302
10.2.2.2	Retificação de erro	304
10.2.3	Correção monetária de lucros ou prejuízos acumulados	304
10.2.4	Reversões de reservas de lucros	304
10.2.5	Lucro ou prejuízo líquido do exercício	305
10.2.6	Transferências para reservas de lucros	305
10.2.7	Dividendos propostos	306
10.2.8	Parcela dos lucros incorporada ao capital	306
10.2.9	Parcela realizada da reserva de reavaliação	306
10.2.10	Dividendos intermediários	306
	Questões comentadas	307
	<b>Capítulo 11</b>	
	<b>Demonstração das origens e aplicações de recursos</b>	
11.1	Conceito e aspectos legais	313
11.2	Variações no capital circulante líquido	313
11.3	Estrutura da Doar	315
11.4	Lógica matemática na elaboração da Doar	316
11.5	Origens do capital circulante líquido	317
11.6	Lucro líquido do exercício como origem de recursos	317
11.7	Receitas que não afetam o capital circulante líquido	317
11.8	Despesas que não afetam o capital circulante líquido	318
11.9	Outras despesas e receitas que não afetam o CCL	319
11.9.1	Resultado da correção monetária de grupos não circulantes	320
11.9.2	Resultado na equivalência patrimonial	320
11.9.3	Variações monetárias de longo prazo	320
11.9.4	Despesa com provisões de longo prazo	321
11.10	Ajustes de exercícios anteriores	321
11.11	Prejuízo líquido do exercício	321
11.12	Realização de capital	322
11.13	Contribuições para reservas de capital	322
11.14	Recursos de terceiros	323
11.14.1	Aumento do passivo não circulante	323
11.14.2	Redução do ativo realizável a longo prazo	323

11.14.3	Alienação de investimentos permanentes	323
11.14.4	Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	324
11.15	Aplicações de recursos	325
11.16	Dividendos distribuídos	326
11.17	Aquisição de direitos do imobilizado e intangível	326
11.18	Aumento do ativo realizável a longo prazo	326
11.19	Aumento dos investimentos permanentes	327
11.20	Redução do passivo não circulante	327
11.21	Origens e aplicações que não afetam o capital circulante líquido	327
	Questões comentadas	329
	<b>Capítulo 12</b>	
	<b>Dividendos</b>	
12.1	Conceito	345
12.2	Base para atribuição do dividendo	345
12.3	Direito de reembolso na redução do dividendo	345
12.4	Cálculo do dividendo na hipótese de omissão do estatuto	346
12.5	Reservas estatutárias e retenção de lucros	347
12.6	Ajustes de exercícios anteriores	348
12.7	Alteração do estatuto omissivo sobre o cálculo dos dividendos	348
12.8	Parcela realizada da reserva de reavaliação	348
12.9	Doações e subvenções governamentais para investimentos	349
12.10	Dividendo cumulativo	349
12.11	Preferências ou vantagens das ações preferenciais	350
12.12	Crítérios de atribuição dos dividendos	350
12.13	Ajuste para cálculo dos dividendos fixos ou mínimos	350
12.14	Ações preferenciais com dividendo fixo	351
12.15	Lucro líquido por ação com dividendo fixo	351
12.16	Ações preferenciais com dividendo mínimo	352
12.17	Retenção dos dividendos na companhia fechada	353
12.18	Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos	354
12.19	Dividendos intermediários	354
12.20	Pagamento dos dividendos	354
12.21	Destinação do lucro remanescente	354
	Questões comentadas	355
	<b>Capítulo 13</b>	
	<b>Dissolução, liquidação e extinção</b>	
13.1	Dissolução	363
13.1.1	Efeitos da dissolução	364
13.2	Liquidação	364
13.2.1	Liquidação de pleno direito – pelos órgãos da companhia	364
13.2.2	Liquidação judicial	364
13.2.3	Liquidante	364
13.2.3.1	Deveres do liquidante	365
13.2.3.2	Poderes do liquidante	365
13.2.4	Denominação da companhia durante a liquidação	365
13.2.5	Assembleia geral de liquidação	365
13.2.6	Pagamento do passivo na liquidação	365
13.2.7	Partilha do ativo na liquidação	365
13.2.8	Prestação de contas na liquidação	365
13.2.9	Responsabilidade na liquidação	365
13.2.10	Direitos do credor não satisfeito na liquidação	365
13.3	Extinção	367
	Questões	367

	<b>Capítulo 14</b>	
	<b>Transformação</b>	
14.1	Conceito e forma	369
14.2	Deliberação da transformação	369
14.3	Direitos dos credores na transformação	369
	Questões comentadas	370
	<b>Capítulo 15</b>	
	<b>Incorporação, fusão e cisão</b>	
15.1	Aspectos gerais	371
15.2	Protocolo	371
15.3	Justificação	372
15.4	Formação do capital	372
15.5	Incorporação	373
15.5.1	Contabilização na incorporação	373
15.5.2	Incorporação com participação de uma sociedade na outra	375
15.6	Fusão	375
15.6.1	Contabilização na fusão	376
15.7	Cisão	377
15.7.1	Contabilização na cisão	378
15.8	Direitos dos debenturistas	379
15.9	Direitos dos credores na incorporação ou fusão	379
15.10	Direitos dos credores na cisão	380
15.11	Averbação da sucessão	380
15.12	Participação recíproca	380
15.13	Incorporação de companhia controlada	381
15.14	Compensação de prejuízos fiscais	381
	Instrução CVM nº 319/99	381
	Questões	387
	Questões comentadas	393
	<b>Capítulo 16</b>	
	<b>Demonstrações consolidadas</b>	
16.1	Aspectos legais e objetivo	397
16.2	Aplicação da consolidação	399
16.3	Participação de acionistas não controladores	401
16.4	Resultados não realizados nos estoques	403
16.5	Resultados não realizados no ativo não circulante	406
16.6	Ágio na consolidação	406
16.7	Deságio na consolidação	408
16.8	Impostos na consolidação	409
16.8.1	Imposto de Renda na consolidação	409
16.8.2	ICMS e IPI na consolidação	411
16.9	Demonstração do resultado consolidado	412
	Instrução CVM nº 247/96 (artigos 21 a 41)	413
	Questões comentadas	416
	<b>Capítulo 17</b>	
	<b>Transações entre partes relacionadas</b>	
17.1	Aspectos gerais	437
	Deliberação CVM nº 560/08	438
	Questões comentadas	443
	<b>Capítulo 18</b>	
	<b>Matriz, filial, agência e sucursal</b>	
18.1	Matriz	449

18.2	Filial	449
18.3	Agência	449
18.4	Sucursal	450
18.5	Contabilização	450
18.6	Resultados entre estabelecimentos	451
	Questões comentadas	451
	<b>Capítulo 19</b>	
	<b>Investimentos no exterior</b>	
19.1	Aspectos legais	453
19.2	Definições	453
19.3	Filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior	454
19.4	Dividendos recebidos	455
19.5	Determinação da moeda funcional	457
19.6	Item monetário com característica de investimento líquido	458
19.7	Itens monetários	458
19.8	Resumo da abordagem exigida pela CVM	459
19.9	Transações em moeda estrangeira	459
19.9.1	Reconhecimento inicial	459
19.9.2	Apresentação nos balanços e datas subsequentes	460
19.9.3	Reconhecimento de variações cambiais	461
19.9.4	Mudança da moeda funcional	462
19.9.5	Reconhecimento de variações cambiais de um investimento no exterior	462
19.9.6	Reconhecimento de variações cambiais em operações de <i>hedge</i>	463
19.10	Conversão das demonstrações contábeis para moeda não funcional	463
19.10.1	Conversão para a moeda de apresentação das demonstrações	463
19.10.2	Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior	465
19.10.3	Realização das variações cambiais de conta específica do PL	465
19.10.4	Efeitos fiscais das variações cambiais	466
19.10.5	Divulgação	466
	Questões comentadas	467
	<b>Capítulo 20</b>	
	<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	
20.1	Conceitos	469
20.2	Fluxos das operações	471
20.3	Fluxos de financiamentos	472
20.4	Fluxos de investimentos	472
20.5	Métodos de elaboração	473
20.5.1	Método direto	474
20.5.1.1	Identificação de recebimentos e pagamentos	475
20.5.2	Método indireto	475
20.6	Fluxos de caixa em moeda estrangeira	479
20.7	Juros e dividendos	479
20.8	Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido	479
20.9	Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa	480
	Questões	480
	Questões comentadas	482
	<b>Capítulo 21</b>	
	<b>Demonstração do valor adicionado</b>	
21.1	Conceitos	495
21.2	Aspectos legais	495
21.3	Modelo proposto pela CVM	497
	Questões comentadas	504

	<b>Capítulo 22</b>	
	<b>Balço social</b>	
22.1	Conceito	509
22.2	Aspectos legais	509
	Questões comentadas	515
	<b>Capítulo 23</b>	
	<b>Grupo de sociedades e consórcio</b>	
23.1	Grupo de sociedades	517
23.1.1	Natureza	517
23.1.2	Designação	517
23.1.3	Companhia sujeita a autorização para funcionar	517
23.1.4	Constituição, registro e publicidade	517
23.1.5	Aprovação pelos sócios	518
23.1.6	Registro e publicidade	518
23.1.7	Administradores do grupo	518
23.1.8	Administradores das sociedades filiadas	519
23.1.9	Remuneração	519
23.1.10	Demonstrações financeiras	519
23.1.11	Prejuízos resultantes de atos contrários à convenção	519
23.1.12	Conselho fiscal das filiadas	519
23.2	Consórcio	520
	Questões	521
	<b>Capítulo 24</b>	
	<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	
24.1	Aspectos legais	523
	Questões comentadas	524
	<b>Bibliografia</b>	529

